

**REQUERIMENTO** Número / ( .ª)

**PERGUNTA** Número / ( .ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

**Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República**

Um projeto de produção de energia solar de grandes proporções está em curso nos concelhos do Cartaxo e Santarém, agregando e substituindo três centrais fotovoltaicas já licenciadas, mas que não foram sujeitas a Avaliação de Impacte Ambiental: Encarnado (45 MVA), Casal do Paúl (45 MVA) e Alfoigemel (45 MVA).

Ao agregar as três centrais solares num único projeto, a empresa Escalabis, criada pelo antigo diretor-geral de Energia e Geologia Miguel Barreto, pretende criar um parque solar de 189 megawatts (MW) de potência, numa área de 514 hectares que abrange as freguesias de Vila Chã de Ourique e União das freguesias do Cartaxo e Vale da Pinta, no Cartaxo, e a freguesia de Almoester, em Santarém.

Uma linha elétrica de muito alta tensão (220 kV), incluída no projeto, ligará o parque solar à subestação de Santarém, percorrendo 8,7 quilómetros pelas freguesias de Vila Chã de Ourique, Almoester, Póvoa da Isenta e União das freguesias da cidade de Santarém.

O projeto está planeado para ser construído em 10 meses e terá uma vida útil de 30 anos, segundo o Estudo de Impacte Ambiental (EIA) apresentado pelo proponente.

Além de áreas de reduzido valor ecológico, como plantações de eucalipto, o EIA identifica áreas com importância ecológica no local de implantação do projeto, bem como áreas agrícolas de olival, vinha e pequenos pomares, pastagens e zonas inseridas em Reserva Agrícola Nacional e Reserva Ecológica Nacional. A concretizar-se, a instalação do parque solar resultará na remoção de coberto vegetal e arbóreo na área de implantação, tornando os solos mais suscetíveis a fenómenos de erosão, compactação e ao seu conseqüente empobrecimento e perda de capacidade produtiva.

No local existem manchas de montado de sobro, locais com regeneração de sobreiros, carvalhais ibéricos e “*uma diversidade florística apreciável*”, segundo o EIA, com 119 espécies florísticas identificadas, onde se incluem os endemismos ibérico, *Dipsacus comosus*, e lusitano

*Ulex australis* subespécie *welwitschianus*.

Foram ainda registadas 146 espécies de vertebrados na área de estudo do EIA e observadas 36 espécies de aves, três de mamíferos e duas de répteis. Entre as espécies observadas, oito estão classificadas de «Vulnerável», «Em Perigo» e «Críticamente em Perigo» de extinção. O EIA refere ainda que a *“presença da linha elétrica de muito alta tensão poderá potenciar situações de morte de aves por colisão.”*

Importa auscultar as comunidades locais e conhecer os pareceres das entidades competentes sobre a magnitude dos impactes ambientais e sociais que se prevê que provoque o projeto de produção de energia solar da empresa Escalabis.

O Bloco de Esquerda reconhece a importância da produção solar fotovoltaica e não tem dúvidas sobre a sua relevância na descarbonização do país e no combate à crise climática. Entende, no entanto, que não devem ser hipotecadas vastas áreas do território – muitas delas sumidouros naturais de carbono –, através da delapidação de milhares de hectares de Reserva Ecológica Nacional e de solos adequados para a agricultura, para a floresta e para a biodiversidade, quando existem alternativas viáveis para a produção de energia solar. A produção solar descentralizada nas coberturas de edifícios e zonas improdutivas deve ser privilegiada e incentivada.

A criação de grandes parques solares deve estar sujeita a critérios ambientais, sociais e económicos transparentes e objetivos, devendo ser feitos todos os esforços para que a sua instalação ocorra sobre solos improdutivos, onde os impactes no ambiente são mínimos, enquanto se promovem processos de consulta pública que, ao contrário dos habituais, são inclusivos, de fácil acesso e mais proativos na auscultação das comunidades locais.

*Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Governo, através do Ministro do Ambiente e da Ação Climática, as seguintes perguntas:*

1. A concretizar-se o projeto da empresa Escalabis, como serão salvaguardadas as áreas de Reserva Ecológica Nacional e Reserva Agrícola Nacional afetadas?
2. Como avalia o Governo os impactes que poderão ser provocados pelo parque solar nas suas fases de construção e exploração, designadamente nas manchas de montado, carvalhais ibéricos, endemismos florísticos e espécies faunísticas com estatuto de conservação desfavorável?
3. Colocou o Governo ao dispor das comunidades locais instrumentos de participação pública inclusivos e de fácil acesso e compreensão, sobre o projeto do parque solar da empresa Escalabis?
4. Está o Governo disponível para definir critérios ambientais, sociais e económicos para a instalação de grandes parques solares no país?
5. Considera o Governo avaliar os efeitos cumulativos no território da produção solar centralizada em grandes parques de painéis fotovoltaicos?
6. Que medidas concretizou o Governo até à data para aumentar a produção solar descentralizada nas coberturas de edifícios e zonas improdutivas?

Palácio de São Bento, 13 de abril de 2021

Deputado(a)s

FABÍOLA CARDOSO(BE)

JORGE COSTA(BE)

NELSON PERALTA(BE)

MARIA MANUEL ROLA(BE)